

RELATÓRIO SEMESTRAL – 2016/1

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

SUMÁRIO

<i>Apresentação.....</i>	<i>3</i>
<i>Atendimentos realizados pela Comissão no primeiro semestre do ano de 2016.....</i>	<i>4</i>
<i>Atividades realizadas pela Comissão no primeiro semestre do ano de 2016.....</i>	<i>7</i>
<i>Projetos que tramitaram na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.....</i>	<i>8</i>

1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 vem sendo marcado por compromissos e dedicação!

Em nosso segundo ano de mandato frente à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás, estamos buscando a cada dia consolidar uma política de atendimento e de apoio aos cidadãos que buscam proteção e garantia de seus direitos perante esta Comissão.

A temática dos Direitos Humanos vem sendo encarada de forma aberta com a sociedade civil e os demais órgãos de proteção vinculados a área, somando assim um conjunto de esforços em busca da consolidação de um projeto único de garantia da dignidade da pessoa humana em todos os aspectos de sua vivência.

Neste ano, através de nosso mandato parlamentar, também destacamos a apresentação de diversos projetos ligados aos direitos humanos, especialmente no tocante à proteção do meio ambiente e ao atendimento da população de baixa renda.

Destacamos dentre as proposições de lei, projeto apresentado para garantir que pacientes de baixa renda, portadores de deficiência auditiva, tenham garantidos pelo Estado o oferecimento de aparelho auditivo. Destacamos ainda, projeto apresentado que prevê a utilização do chamado "asfalto ecológico" que, além de ser benéfico para a natureza, repercute numa melhor durabilidade da pavimentação e consequente economia para os cofres do Estado.

Encontra-se tramitando também perante esta Casa de Leis, projeto de autoria dos Membros desta Comissão, de suma importância na temática dos Direitos Humanos, que institui a "Lei goiana antidiscriminação", compreendendo a proteção contra qualquer forma de discriminação injustificada à pessoa humana, baseadas em características tais como orientação sexual, opção religiosa, raça, dentre outras.

Neste Relatório, apresentaremos ainda, um resumo da atuação desta Comissão, destacando os atendimentos realizados, além de vários projetos de lei que foram objetos de apreciação deste expediente de tutela dos direitos humanos.

RENATO DE CASTRO

Deputado Estadual - Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.

2. ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO:

A Comissão de Direitos Humanos, tem com um de seus principais focos de atuação, o acolhimento e o apoio prestado a vítimas de violações de Direitos Humanos que se fazem presentes em busca de orientação e proteção nos mais diversos pleitos que orientam nossa temática de atuação.

Dentre os atendimentos realizados, apresentamos uma breve síntese de seus relatos:

Atendimento n° 1/2016 – Omissão Estatal

A Comissão de Direitos Humanos recebeu a solicitação de adoção de providências no Sistema Penitenciário de cidade localizada no interior do Estado, notadamente no Centro de Inserção Social daquela região.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 01/2016	Ouvidoria Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

Atendimento n° 2/2016 – Relações interpessoais

Chegou ao conhecimento desta Comissão, através de atendimento, a informação de que o denunciante estaria passando por supostos problemas interpessoais juntamente com a Instituição relatada.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 03/2016	Secretaria vinculada ao Estado.

Atendimento n° 3/2016 – Desaparecimento

Chegou ao conhecimento da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa a informação de suposto desaparecimento de uma pessoa portadora de necessidades especiais.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 02/2016	Ministério Público do Estado de Goiás
Ofício 02/2016	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Atendimento nº 4/2016 – Violência Policial

Chegou ao conhecimento desta Comissão, demanda efetivada por cidadão, através de contato via e-mail, relatando situação de suposto excesso em ação policial nesta capital.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Memorando 03/2016	Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Atendimento nº 5/2015 – Omissão Estatal

Chegou ao conhecimento desta Comissão a informação da ocorrência de supostas más condições em Distrito Policial localizado na região metropolitana da Capital, tais como superlotação nas celas, dificuldade de entrada de alimentos e ausência de espaço para banho de sol.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 05/2016	Ouvidoria Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

Atendimento nº 6/2016 – Omissão Estatal

Chegou ao conhecimento desta Comissão a solicitação de assistência jurídica a cidadão custodiado pelo Estado, que, de acordo com informações preliminares passadas pela noticiante, encontra-se atualmente sob a tutela de Delegacia desta capital.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 06/2016	Defensoria Pública do Estado de Goiás

Atendimento nº 7/2016 – Solicitação de Informações

Solicitação de informações acerca da conclusão de sindicância instaurada perante órgão corregedor desta capital.

DOCUMENTO	ÓRGÃO RELACIONADO
Ofício 1888/15 – remessa externa	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

Atendimento nº 8/2016 – Manifestação popular

Manifestação encaminhada por cidadão acerca da sistemática de implantação de OS's na Administração Pública.

Atendimento nº 9/2016 – Homofobia

Estiveram presentes nesta Comissão, representantes de movimentos em prol da defesa dos direitos de travestis e transexuais, apresentando dados e documentos, acerca de violências ocorridas no Estado de Goiás, bem como solicitando apoio no sentido do esclarecimento dos crimes supostamente apontados.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 07/2016	Ministério Público do Estado de Goiás
Ofício 07/2016	Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás

Atendimento nº 10/2016 – Omissão Estatal

Chegou ao conhecimento desta Comissão, através de atendimento a cidadão, a informação de supostas irregularidades perante Instituição desta capital.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Ofício 10/2016	Ministério Público do Estado de Goiás

Atendimento nº 11/2016 – Violência Policial

Chegou ao conhecimento desta Comissão, através de demanda efetivada por cidadão, relato de situação de suposta violência policial que, de acordo com informações preliminares passadas pelo noticiante, ocorrera em Município do interior do Estado.

DOCUMENTO	ÓRGÃO ACIONADO
Memorando 15/2016	Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

3. ATIVIDADES REALIZADAS PELA COMISSÃO:

ABRIL	
EVENTOS	16/04 Participação no evento realizado pela Escola de Direitos Humanos sobre “Os aspectos práticos do direito das sucessões no novo CPC e alterações no direito de família com divergência no estatuto da pessoa com deficiência”
MAIO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	07/05 Audiência Pública para debater “A participação do jovem na política brasileira”.
EVENTOS	05/06 Participação na análise das medidas anticorrupção do Ministério Público do Estado de Goiás 18/05 Participação no lançamento do “Comitê de Combate ao Caixa Dois” no auditório da OAB-GO 23/05 Participação na III Jornada da Cidadania da PUC-GO

JUNHO	
EVENTOS	<p>01/06 Participação no II Congresso Internacional Territórios Sustentáveis</p> <p>08/06 Participação no 22º Congresso Goiano do Direito do Trabalho</p> <p>20/06 Participação no 4º Debate da 3ª Jornada de Estudos Interdisciplinares, com o Tema: Estado Democrático de Direito: verdade ou mito?</p>

4. PROJETOS QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA:

Processo nº 1711/2015	DEP. CARLOS ANTONIO Institui a Semana Estadual de Conscientização Divulgação da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180.
Processo nº 2015003774	DEP. BRUNO PEIXOTO Institui a conscientização preliminar durante o exercício durante a atividade fiscalizatória e punitiva.
Processo nº 2016000844	DEP. ZÉ ANTONIO Institui a política estadual de humanos e assistência a filhos de pais privados de liberdade ou submetidos a medida socioeducativa de internação, nos termos do

	estatuto da criança e adolescente e dá outras providências.
Processo nº 2016000708	DEP. MARLÚCIO PEREIRA Institui o programa afro empreendedor e dá outras providências
Processo nº 2016000629	DEP. CARLOS ANTÔNIO Dispõe sobre a afixação de cartaz, dependências dos prédios públicos, contendo informações sobre o ligue 180.
Processo nº 2016000355	DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI Dispõe sobre a política estadual para incentivo à Profissão de cuidador de idoso.
Processo nº 2015004306	DEP. GUSTAVO SEBBA Dispõe sobre a garantia de Acessibilidade deficientes visuais aos projetos culturais patrocinados ou fomentados com verba pública estadual.
Processo nº 2015003918	DEP. MARQUINHO PALMERSTON Dispõe sobre a atenção especial do <i>idoso</i> com 60 (sessenta) anos ou mais, em situação de vulnerabilidade ou risco social, semi dependente, objetivando proporcionar lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência, adequadas às suas necessidades, mediante celebração de convênios, mediante celebração de convênios com os municípios goianos.

DEPUTADOS MEMBROS – 18ª Legislatura

(Decreto Administrativo n. 2.628, de 25 de fevereiro de 2015)

Presidente: Renato de Castro (PMDB)

Vice-Presidente: Isaura Lemos (PC do B)

Zé Antônio (PTB)

Dr. Antônio (PR)

Sergio Bravo (PROS)

José Nelto (PMDB)

Francisco Jr. (PSD)

Suplentes:

Iso Moreira (PSDB)

Lincoln Tejada (PSD)

Marlúcio Pereira (PSB)

Charles Bento (PRTB)

Jean (PHS)

Paulo César (PMDB)

Luis Cesar Bueno (PT)

Equipe Técnica:

Secretária: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico

Assistente Legislativo: Julio Cesar Peixoto Alves

Assessora Parlamentar: Jaine Braz Silva

Assessora Parlamentar: Leticia Maria Barbosa de Almeida

Assessor Parlamentar: João Gabriel Caetano Freitas

Estagiária: Sarah Soares Leite De Jesus